EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO: NOVAS REALIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

EDUCATION, LABOR AND ENTREPRENEURSHIP: NEW REALITIES IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET

Romilson do Carmo Moreira** Elizeu Alves Teixeira**

RESUMO

A pesquisa debate as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, refletindo as implicações da reestruturação produtiva e dos novos modelos gerencias de gestão que tem contribuído drasticamente com reduções no emprego industrial, colocando à prova a proposta de educação pautada no ensino tecnológico. Diante do quadro contraditório exposto, educação técnica e desemprego industrial. Cada vez mais, segmentos da sociedade, dentre eles, os mais jovens, tem encontrado dificuldades de inserção no mundo do trabalho. A persistência do desemprego tem corroborado para manter contingente de jovens e adolescentes fora do mercado de trabalho formal. A pesquisa aponta, como elemento fortalecedor do capital intelectual dos jovens, a inserção na matriz curricular da educação empreendedora, que tem como proposta contribuir como um mecanismo para ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Fortalecer o capital humano dos ingressantes e mostrar que nos cenários de crises outras nichos de mercados; tais como: consultoria, assistência técnica e serviços tecnológicos podem potencializar estratégias criativas de empregabilidade. A metodologia do trabalho funda-se numa revisão de literatura, pautada em artigos, ensaios e estudos de autores clássicos que embasam teoricamente o debate da problemática em questão.

Palavras-chaves: Desemprego juvenil. Ensino Tecnológico. Empreendedorismo.

ABSTRACT

The research discusses the changes occurring in the Brazilian labor market, reflecting the implications of productive restructuring and new managerial models of management that has contributed dramatically with reductions in manufacturing employment, putting proof to the proposed education guided in technological education. Given the mixed picture above, technical education and industrial unemployment. Increasingly, segments of society, among them, the youngest, has encountered difficulties in entering the world of work. The persistence of unemployment has borne to maintain contingent of youth and adolescents outside the formal labor market. The research points out, as an element strengthening the intellectual capital of the young, the inclusion in the curriculum of entrepreneurship education , which is proposed as a mechanism contributing to enlarge

^{*} Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (UNIFACS). Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e Professor Assistente da Autarquia Educacional do Vale do São Francisco (AEVSF). romilson-moreira@bol.com.br

^{**} Especialista pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (IFBA). Professor de nível superior Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (IFBA). zeusalves@hotmail.com

the possibilities of entering the labor market increasingly competitive. Strengthen human capital and show that entrants in crisis scenarios nichos other markets, such as consulting, technical assistance and technology services creative strategies can enhance employability. The methodology of the work is based on a literature review, based on articles, essays and studies classical authors that support the theoretical discussion of the issue in question.

Keywords: Youth Unemployment. Technological Education. Entrepreneurship.

Introdução

Os novos modos de produção industrial impulsionados pelas constantes inovações tecnológicas incorporadas a produtividade vem causando uma revolução nas relações de trabalho. Essas mudanças refletem claramente na educação tecnológica de nível médio, que historicamente sempre fora voltado para suprir as demandas do mercado.

O papel representado por essa educação encontra-se em xeque na medida em que não consegue mais responder de forma tão eficiente como no passado, as constantes mutações no mercado de trabalho, que não são somente tecnológicas, mas também comportamentais e vem produzindo uma crescente escalada do desemprego, sobretudo nos mais jovens. O descompasso verificado entre educação tecnológica e mundo do trabalho prevê reestruturação de currículos na escola técnica para a adequação à nova realidade do mercado que tem se mostrado muito dinâmico e seletivo.

Durante décadas de intensa escalada industrial o ensino tecnológico foi bastante valorizado e a intensa criação de postos de trabalho na indústria fomentava o interesse por esta educação específica e justificava os altos investimentos. As escolas técnicas foram criadas e ampliadas; parcerias público-privadas foram firmadas para acelerar o acesso ao ensino técnico, tendo como maior exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, e as escolas técnicas federais cumpriram um importante papel principalmente na qualidade de ensino e na capacidade de formar e preparar pessoal qualificado par a crescente escalada industrial brasileira.

Entretanto, esse mecanismo começou a apresentar rupturas, devido ao grande índice de desemprego juvenil nas economias industrializadas a partir das décadas de 1990 e 2000. A crescente incorporação de novas tecnologias nos sistemas produtivos acompanhados pelas inovações nas estruturas gerenciais refletiu negativamente no mercado de trabalho brasileiro. Transformações tecnológicas, econômicas e sociais

marcaram a dinâmica capitalista, trazendo implicações no modelo produtivo vigente na época.

A análise torna-se ainda mais drástica quando se verifica o impacto dessas transformações no mercado de trabalho juvenil. Cada vez mais, significativos contingentes de jovens em idade produtiva são afastados do mercado de trabalho formal, produzindo efeitos contraditórios com o discurso da política educacional voltada para formação técnica e profissionalizante que não mais consegue atender as intensas mudanças ocorridas na estrutura produtiva e organizacional das empresas.

Segundo Porchaman (2012), o volume de jovens empregados nos últimos dez anos permaneceu estagnado. Ou seja, tínhamos 16,9 milhões de jovens empregados em 1989 e, em 1998, tínhamos aproximadamente o mesmo contingente 16,1 milhões. Ele não cresceu e, ao mesmo tempo, os 2,3 milhões de jovens que ingressaram no mercado encontraram um mercado cujo número de empregos continuou o mesmo. O número de jovens que ingressaram no mercado de trabalho é exatamente o mesmo número do aumento de desemprego juvenil. Havia 1 milhão de desempregados jovens em 1989. Hoje temos 3,3 milhões. É como se todos os jovens que ingressaram no mercado de trabalho nesse período tivessem se transformado em desempregados.

Cada vez mais postos de trabalho são extintos ou substituídos pela automação, telemática e novos modelos de gestão, novos empregos são criados, só que exigindo maior qualificação, qualificação essa que o jovem oriundo do sistema público de ensino e de baixa renda não tem acesso e nem pode alcançar em período de curto e médio prazo. Dentro desse contexto cabe o seguinte problema: o modelo de educação tecnológico vigente ainda consegue atender as demandas do mercado de trabalho moderno?

Esta pesquisa visa investigar a construção ideológica que, ao longo do século XX, torna submetida à educação tecnológica quase que totalmente as demandas do setor industrial e, através da introdução dos conceitos e valores da educação empreendedora, demonstram que é possível educar para o mercado de trabalho, mostrando um mercado muito mais amplo daquele que é percebido pelo aluno através dos conteúdos convencionais trabalhados.

A pesquisa tem aspiração de mostrar que é possível a adequação dos conteúdos da educação empreendedora no currículo da educação tecnologia. Essa articulação permite que seja incorporada à formação do aluno o conteúdo que permitirá a ele caminhar por outros espaços mais competitivos e dinâmicos em sua trajetória

profissional sem perder o foco do propósito fundamental da educação tecnológica, a formação de especialista técnico profissionalizante.

Atualmente, a necessidade de educação continuada é uma premissa básica da educação tecnológica, não somente dela, mas sua aplicabilidade à torna ainda mais refém da ação do tempo e suas inovações do que outros formatos educacionais. O ensino profissionalizante, historicamente, muito específico, necessita encontrar novos caminhos para educar fornecendo ferramentas que possibilitem ao aluno tornar-se menos um aplicador de métodos de trabalho e mais um investigador de formas de melhoria nos processos e facilitador do aprendizado. O currículo necessita ser revisto, disciplinas que fomentem a inovação e autonomia do aluno devem ser incorporadas. Existem alguns caminhos que possam levar a esse fim, o aprendizado sob a ótica do senso de oportunidade através do empreendedorismo é um desses caminhos e demonstra-lo é o objetivo deste trabalho.

O estudo aprofunda o debate sobre educação tecnológica no momento que o governo aumenta os investimentos e expande os centros técnicos profissionalizantes pelo país. É preciso renovar os currículos, torna-los mais dinâmicos e eficientes com as modalidades impostas pela nova realidade vigente. A proposta da educação empreendedora inclui-se como uma possibilidade de fortalecimento do capital humano dos jovens, visando prepara-lo ainda mais paras as experiências dos ingressantes no mercado de trabalho atual.

Educação voltada para o Mercado de Trabalho: o Ensino Tecnológico

A educação profissional no Brasil do século XX começa a ocupar posição relevante nas políticas públicas a partir do final do ciclo do café, na década de 1920, e do início do período de intensa industrialização que ficou conhecido como Processo de Substituição da Importação - PSI. Antes desse período a educação profissional era quase toda voltada às escolas de artífices e não compreendia um volume populacional considerável, sobretudo as mais distantes dos grandes centros de consumo.

Nesse período, ainda não era possível falar em educação profissional de massa, pois o contingente alcançado pelas políticas públicas voltadas a educação profissional eram pontuais e descontínuas. Tanto para o Estado como para a iniciativa privada, o interesse maior era voltado para a mão de obra do campo pouco especializada que servia ao modelo agroexportador vigente.

Com a crise da bolsa de Nova York (1929) e a decadência do modelo agroexportador, o Brasil passa a buscar incessantemente o ideal do desenvolvimento, que passa obrigatoriamente pelos investimentos em políticas industriais. Esse ideal irá perpassar as cinco décadas posteriores à crise da bolsa e ocasionar uma revolução de costumes com repercussão clara nas políticas públicas de educação que passarão a ter foco na educação profissionalizante.

O movimento acima descrito tem seu apogeu nas décadas compreendidas entre de 1950 e 1970, auge das políticas públicas industriais e do "desenvolvimentismo" que obrigatoriamente necessitavam formar mão de obra técnica compatível com um patamar de crescimento que chegou a 10% ao ano no período de 1968 a 1973, o chamado "milagre brasileiro".

Esse período é marcado pela entrada maciça de investimentos diretos no país, sobretudo pelo grande número de empresas multinacionais produzindo em solo brasileiro e auferindo grande lucratividade ao incorporar as vantagens competitivas que o Brasil oferecia, dentre elas, fornecimento de recursos naturais e mão de obra barata.

Nessas décadas de intensa escalada industrial o ensino tecnológico foi bastante valorizado e a intensa criação de postos de trabalho na indústria fomentava o interesse por esta educação específica e justificava os altos investimentos.

O paradigma de crescimento pela via da industrialização e o movimento de dar alcance à educação tecnológica ao maior número de pessoas possível associado a crescente demanda por mão de obra na indústria, permitiram que esta não fosse questionada. Os seus métodos e, sobretudo seu currículo, exceto por pequenas manifestações pontuais vindas do meio acadêmico, não foram seriamente discutidas sob a ótica do educando e futuro trabalhador da indústria, mesmo porque em muitos casos a prática profissional e capacitações ocorriam de forma concomitante, demonstrando claramente que o objetivo dos programas era capacitar pessoas para as demandas da indústria e não desenvolvê-las.

Até o final da década de 1970 essa realidade perdurou, e por dar resultados positivos mesmo que não sustentáveis em longo prazo, as políticas educacionais voltadas ao ensino tecnológico permaneceram quase que intactas. Devido ao advento da profunda recessão econômica que o Brasil mergulhou, ocasionada pela crise de proporção mundial no abastecimento de petróleo, que teve como consequência a diminuição drástica dos postos de trabalho na indústria, as políticas públicas em educação tecnológica passaram a ser criticadas de forma veemente.

Outro fator importante que é necessário avaliar foram as significativas mudanças nos processos industriais que ocorreram mais acentuadamente a partir da década de 1980, essas mudanças impulsionadas pelo avanço tecnológico nas áreas da microeletrônica e informática cortaram postos de trabalho e tornaram obsoletos e sem uso conhecimentos adquiridos. Funções na indústria foram extintas ou substituídas por automação e milhares de empregados, que imaginavam ser especializados, viram seus conhecimentos tornarem-se descartáveis pela indústria. Para Antunes (2000, p. 149):

[...] a automação, a robótica e a microeletrônica possibilitaram uma revolução tecnológica de enorme intensidade. Tais mudanças têm consequências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e "envolvimento" da força de trabalho, como os círculos de controle da qualidade (CCQ), experimentados no Japão – em realidade uma apropriação do fazer e saber do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o estranhamento do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite – tudo isso, feito sob um "inquestionável" domínio da produtividade e da "modernidade social", acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril, tradicional. A classe que vive do trabalho metamorfoseou-se.

Essa realidade já na década de 1980 e bem mais acentuada nos anos 2000 coloca em xeque o modelo de educação tecnológica voltado unicamente para as demandas da indústria, demandas estas que se mostraram pontuais e mutantes em períodos de tempo cada vez mais curtos. Os conhecimentos oriundos da educação tecnológica passaram a ter um caráter efêmero por causa da velocidade das mudanças nos processos.

Segundo Sanchis (1995), a modernização do tecido produtivo – condição *sine* qua non para qualquer sociedade ocupar um lugar não excessivamente periférico na economia mundial – exige uma quota significativa (ainda que indeterminada) de recursos humanos responsáveis, motivados e qualificados. Portanto, há de se dar mais formação, uma formação articulada tendo em conta os sinais contraditórios que lança o sistema produtivo, uma formação que deve ocupar uma posição mais relevante entre as estratégias de política econômica.

Nesse sentido a educação tecnológica voltada unicamente para o mercado de trabalho, mercado esse que sofre em sua análise de grande reducionismo, quando imagina a inserção apenas de forma convencional, torna-se obsoleta e destituída de senso prático e de eficiência. A educação profissionalizante deve explorar novos conteúdos que, associados aos já existentes, fornecerão ao aluno as ferramentas necessárias para ingressar no mercado de trabalho de forma mais crítica e mais coerente,

tornando esse profissional protagonista de sua própria trajetória profissional e conhecedor das inúmeras possibilidades que podem levá-lo à realização profissional.

A educação empreendedora está acima e perpassa toda e qualquer discussão sobre educação, à medida que a sua proposta é desenvolver no aluno a percepção do senso de oportunidade, a mobilização de recursos tanto humanos quanto materiais para determinado fim e que tenha por objetivo a independência e a autonomia.

No estágio de globalização vigente o profissional precisa encontrar o caminho da autonomia, mas essa independência não deve servir como discurso vazio para justificar a incapacidade dos governos e do mercado de trabalho em gerar os postos que a sociedade demanda, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

O objetivo da educação empreendedora não é servir como "modismo" para governos e mercados de trabalho ineficientes no quesito geração de empregos e que possa ver nela uma alternativa para camuflar sua ineficiência colocando unicamente no indivíduo a responsabilidade por sua inserção profissional, mas deve ser uma ferramenta de aprendizado que somada a outras proporcione ao aluno competências múltiplas que possam aumentar sua empregabilidade e ampliar a visão do mercado de trabalho.

O ensino técnico não pode mais se ater unicamente os processos produtivos, pois estes têm mudado em ciclos cada vez mais rápidos, o que torna conhecimentos e habilidades rapidamente obsoletos. Esta característica tanto do mercado de trabalho quanto do aprendizado torna imperativa uma educação mais plural e associada à autogestão do aprendizado e o fortalecimento da autonomia do aluno. Sem esses acréscimos ao ensino profissionalizante não é possível garantir que seus fundamentos possam resistir às mudanças que os processos sofrem cada vez em menor espaço de tempo.

O aluno precisa ser estimulado a desenvolver novas técnicas, melhorar as existentes e a incorporar ao seu aprendizado também o setor de serviços e não meramente a indústria, haja vista que esse setor é o que mais cresce nas economias desenvolvidas e a perspectiva futura é que continue crescendo, dando margem a incorporação de técnicos em diversas áreas, ampliando o mercado de trabalho.

O processo de globalização vem propiciando o fim de modelos expostos e a mudança de paradigmas. Esse efeito por vezes nocivo e perverso, sobretudo nas camadas populacionais menos desfavorecidas que a cada mudança tecnológica aumenta o abismo que a separa dos que tem acesso á tecnologia.

Para Sanchis (1995), desde os princípios do capitalismo vemos enfrentarem-se as opiniões otimistas (o progresso técnico em longo prazo geraria empregos), a que tende em especial o pensamento liberal, e as opiniões pessimistas (o progresso técnico estaria destruindo empregos), tendência encontrada predominantemente no pensamento socialista. Para ele, segundo as circunstâncias concretas de cada momento histórico, deu-se mais credibilidade a uns ou outros. O autor afirma que durante os "trinta anos gloriosos", que vão desde o final da Segunda Guerra Mundial ao começo da crise, ninguém parecia demasiadamente preocupado com os empregos que estavam sendo destruídos por um progresso técnico vertiginoso.

As posições políticas de esquerda e/ou sindicais enfatizavam sobretudo o caráter cada vez mais alienado do trabalho na indústria moderna, e o que fazer para melhorar as condições em que se realizava. São questões que hoje passaram para o segundo plano, diante da dura realidade do desemprego e do descarte desse trabalhador alienado pelo mercado.

Nesse contexto, surge o questionamento existente acerca da eficiência do modelo de educação voltado unicamente para o mercado de trabalho que se amplia, e quanto mais são discutidos os direcionamentos do mercado de trabalho frente a essas mudanças mais se verifica a necessidade de reestruturação no currículo de ensino da educação tecnológica, para que haja um desprendimento parcial das necessidades imediatas e por vezes efêmeras do mercado de trabalho. Essa desvinculação parcial é extremamente importante para que haja a formação de profissionais mais críticos e protagonistas de seu próprio caminho no mundo do trabalho.

Inserção da Educação Empreendedora no Currículo Educação Profissional Técnica de Nível Médio

O currículo do ensino técnico historicamente sempre foi voltado aos mecanismos e rotinas do processo produtivo. As inserções de conteúdo no currículo quase sempre eram feitas pelas demandas da indústria, em alguns casos demandas efêmeras. O currículo do ensino técnico representava e legitimava as políticas de qualificação profissional para a indústria e, ainda hoje, não foge a essa regra.

Vivemos em um tempo em que a produção tem alcançado o ápice da produtividade. A automação e novos processos produtivos vêm retirando uma parcela

significativa dos trabalhadores de chão de fábrica. Apesar disso, as escolas pouco fizeram na tentativa de minimizar o problema.

As reformulações no currículo foram e continuam sendo pontuais e estão longe de refletir as atuais demandas do setor industrial, cada vez mais descentralizado em modelo produtivo e necessitado de professores mais autônomos e que sejam capazes de responder mais rapidamente às constantes mudanças tecnológicas que influenciam os processos produtivos.

Existem as mais diversas opiniões sobre mudanças no currículo e inserção de conteúdos com os mais variados objetivos. Este trabalho monográfico defende a inclusão do conteúdo empreendedorismo com foco interdisciplinar e perpassado toda a grade curricular.

Ao iniciar o estudante nos pressupostos básicos da educação empreendedora, a escola terá dado a ele a possibilidade de "tomar as rédeas" do seu futuro profissional. Ao entender que o senso de oportunidade é a mola propulsora para o desencadeamento de ideias que tenham potencial de tornar-se real.

Em toda a disciplina ministrada, o aluno pode ser levado a perceber as inúmeras possibilidades de aplicação do conhecimento, que não precisa, necessariamente, ser aplicado em um emprego formal, no formato convencional.

Existem hoje variadas formas de aplicação dos conhecimentos técnicos fora do formato convencional e que tem relação direta com o empreendedorismo e a atividade profissional. São essas as atividades de representação comercial, de manutenção e de consultoria.

A atividade de representação comercial permite ao técnico em determinada área representar grandes fabricantes e intermediar transações comerciais e intermediar transações comerciais de grandes volumes entre o fabricante e segmentos da indústria. Esse técnico familiarizado com a nomenclatura e os padrões industriais provavelmente exercerá a função de forma mais eficiente indo ao encontro dos interesses do fabricante. Esse tipo de atividade, em muitos casos, pode ser exercido de forma autônoma com base contratual.

A atividade de manutenção praticada em formato terceirizado é cada vez mais uma prática comum nas empresas e uma grande oportunidade de carreira para o especialista. O professor poderá prestar serviços de manutenção em unidades fabris. Para isso necessitaria obrigatoriamente em atividade empresarial.

A consultoria é bastante ampla e compreende um vasto mercado, à medida que as empresas necessitam constantemente buscar novas tecnologias e melhoria continua dos processos. Surge daí a figura do consultor que tem se tornado presença quase indispensável para a empresa que pretende se manter competitiva, sendo assim, a atividade de consultoria representa uma grande oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

Todas essas atividades demonstram diferentes caminhos possíveis de realização profissional do alvo egresso do ensino técnico sem que tenha forçosamente o caminho do operariado como único. Muitos profissionais demoram anos a perceber quais caminhos alternativos de inserção profissional são possíveis e, quando descobrem, muito tempo é desperdiçado. Isso acontece porque as escolas não orientam o aluno sobre essas possibilidades de inserção profissional. Todas passam pela observação do senso de oportunidade que condiz ao empreendedor, mas por mais óbvio que possa parecer a importância desse conteúdo, as escolas ainda não atentaram para essa carência no currículo e insistem em formar o profissional unicamente para o ambiente fabril.

A educação empreendedora precisa ser incluída no currículo da educação tecnológica na modalidade de educação de jovens e adultos para que sejam ampliados os horizontes desses, não de forma utópica, mas acrescentando valor a sua educação, qualquer que seja a sua escolha profissional. É preciso dar ao aluno a possibilidade de escolha e as ferramentas necessárias para que possa alcançar seus objetivos.

Educação com enfoque nos conteúdos vinculados ao empreendedorismo é dar autonomia ao aluno para que possa ser protagonista, atuando e interagindo de forma mais ampla com o mundo do trabalho.

Segundo Sanchis (1995), é preciso ter em conta que, ainda supondo que o sistema produtivo seja capaz de enviar sinais claros ao sistema educativo em matéria de qualificações, é muito difícil que este possa responder de forma eficaz mediante o planejamento de seus recursos e de seu desenvolvimento. Uma série de distorções materiais (diferenças entre as qualificações adquiridas e as posteriormente requeridas no posto de trabalho); temporais (a qualificação requer um tempo durante o qual não se pode utilizar a força de trabalho); pessoais (diferença entre o número de indivíduos envolvidos num processo de qualificação determinado e o número dos que ao fim desse processo se incorporam efetivamente ao trabalho) encarregam-se de impedi-lo.

Tudo isso faz com que a reforma e a expansão do sistema educativo sofra uma falta de critérios que o impede de organizar-se como estratégia racional para projetar as qualificações de que necessita o sistema produtivo.

Não existe um conceito rígido, uma solução específica, entretanto há caminhos a serem percorridos e que produzem avanços significativos. Na educação tecnológica é preciso facilitar aos trabalhadores potenciais e efetivos instrumentos que lhes permitam flutuar durante o maior tempo possível nas turbulentas águas do mercado de trabalho.

Outro critério de atuação do sistema educativo seria o de promover atitudes positivas frente ao mercado de trabalho e produzir consenso em relação às instituições sociais.

Para Sanchis (1995), não constitui grande aventura afirmar que nas sociedades capitalistas avançadas os problemas relacionados com a integração ideológica e social da força de trabalho como sistema produtivo tendem a se intensificar em maior medida do que os relacionados às transformações do mercado de trabalho e de atividades de lealdade ante as instituições.

Interpretando a política de expansão no sistema educativo com ênfase no ensino tecnológico, verifica-se que uma definição individualista dos problemas. No lugar do enfrentamento político coletivo organizado, sugere-se o esforço individual de aprender como meio adequado para obter uma transformação social. Sugestão que funciona também no sentido contrário: o fracasso de quem não conseguiu melhorar sua condição social será atribuído às suas carências quanto às motivações e capacidade adequadas.

Nessa perspectiva, a inclusão da educação empreendedora no currículo do aluno do ensino tecnológico num primeiro momento poderia parecer estar legitimando essa questão. Alguém poderia pensar que formar no aluno o ímpeto empreendedor seria colocar nas suas costas toda a responsabilidade sobre sua inserção profissional, mas esta seria uma visão míope sobre o tema, à medida que a intenção genuína não é esta, mas sem proporcionar ao aluno mais uma perspectiva da inserção e não reduzir.

A empregabilidade convencional sempre existirá, o que se aspira é ampliar o leque de opções desde jovem, mesmo porque ninguém sabe com exatidão quais as exigências de formação que o sistema produtivo colocará no futuro próximo. Em segundo lugar, porque umas qualificações flexíveis, adaptáveis e transformações de acordo com as necessidades e tecnologia de um século que ainda não prevemos terão de ser ensinadas, de um lado, no marco de uma educação geral, de uma formação geral com as técnicas instrumentais básicas. Por outro lado, devem ser aprendidas no contexto

do desenvolvimento individual das capacidades necessárias para a sua aplicação. Tratase, definitivamente, de incultar as qualificações necessárias que hoje são fundamentais para uma classe que pretende se dirigir ao mundo moderno e não só servi-lo.

No paraíso da informática e de sua gradativa acessibilidade começa a haver desconfiança na educação estritamente técnica e dos especialistas. Estudiosos da educação insistem na importância das capacidades básicas, ou seja, de formação geral – leitura escrita, cálculo, capacidade de raciocínio e comunicação – acima das capacidades técnicas específicas.

É preciso, em primeiro lugar, acentuar o componente profissional, ou seja, exatamente o contrário do que dita o senso comum e o discurso dominante. Em segundo lugar, tem de se descartar toda pretensão de converter uma parte do sistema educativo numa espécie de agência que oferece mão de obra. Em terceiro lugar, é preciso aceitar que não é ruim que exista certa separação entre o mundo da educação e do trabalho. Suas exigências imediatas, mesmo que isso acarrete alguns problemas adicionais.

O sistema educativo e mais precisamente o ensino de nível médio, sobretudo a área de formação profissional, está submetido às pressões reformadoras diversas. Em alguns casos, tem-se destacado seu caráter de formação geral não profissionalizante. No entanto, desde o final da década de 1980, diferentes instâncias sociais tendem a insistir na necessidade de que se proporcione uma formação profissional de base que seja profissionalizante.

Quando são perguntados sobre os conteúdos dos programas que estudaram, a grande maioria dos usuários do sistema educativo reclamam menos teorias e mais questões práticas.

Mesmo grande parte do corpo discente demonstrando essa percepção do descompasso entre o mundo do trabalho e o currículo das escolas, pouca mudança tem sido observada. Essa falta de acesso a informação repercute na formação do futuro empreendedor e vai impactar profundamente na sua visão sobre criação e gerência de um negócio.

Considerações Finais

Partindo da análise da educação tecnológica voltada para o mercado de trabalho predominante no século XX, percebe-se claramente que ela cumpriu o seu papel. Mesmo sendo alvo de seguras críticas (inclusive do autor do presente trabalho), não se

pode negar que para o panorama tecnológico da época este modelo apresentou a produtividade demandada pela indústria. Está claro que na era da informatização, da automação e da biotecnologia não é mais possível a utilização de antigos formatos já superados. É necessário que se faça a seguinte pergunta: Pode-se conseguir uma boa integração no mundo do trabalho, conhecendo somente as particularidades técnicas próprias de certas ocupações? Como pode um jovem entender a complexa realidade do mundo do trabalho e seus problemas, sem uma sólida base cultural?

A formação profissional não deve ceder à chantagem das exigências do mercado de trabalho, deve se converter num grande agente que estimule e solicite instauração de novas relações entre oferta e demanda de trabalho, entre trabalhadores e empregadores, entre capital e trabalho.

O problema de falta de ajuste entre a educação e o emprego não implica somente insuficiências no mundo da educação; manifesta a incapacidade do mercado de trabalho para utilizar de forma mais racional essa educação e sua incapacidade para criar o volume de empregos qualificados que possam satisfazer as aspirações das novas gerações.

O empreendedorismo parece ser um caminho possível para a realização dessas aspirações. Esse contexto precisa ser incorporado ao currículo da educação tecnológica, sobretudo na educação vinculada a jovens e adultos, mas uma proposta educacional na área de empreendedorismo, para ser brasileira, deve considerar as nossas prioridades. Vale ressaltar que o tema central do empreendedorismo no Brasil deve ser a construção do desenvolvimento humano e social, inclusivo e sustentável.

O nosso tecido cultural, rico e criativo pela sua diversidade, injusto por sua história, fornece os fundamentos que viabilizam a inserção da cultura empreendedora nas escolas técnicas.

O processo convencional de transferência de conhecimento do professor para o aluno não cabe na educação empreendedora, pois nessa área, quem gera o conhecimento é o aluno. Ele utiliza conhecimentos dominados para gerar novo conhecimento. Essas fases representam conhecimento novo, único, impregnado da individualidade do empreendedor.

A educação empreendedora como ferramenta acessória para a inclusão do jovem no mundo do trabalho, principalmente na educação profissionalizante, demonstra total conexão tanto com o mercado de trabalho, quanto aos anseios dos alunos ávidos por construir seu próprio conhecimento e escolher de que forma deseja ser inserido no mundo do trabalho.

A observação por parte das escolas técnicas acerca dessas questões será determinante para que nos próximos anos não se tenha ensino tecnológico desprendido das necessidades do mercado e do indivíduo. A educação empreendedora não é o único caminho a ser seguido nesse processo de mudança, mas, sem sombra de dúvida, mostra ser um dos mais coerentes e propensos ao êxito.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Empório do Livro, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SANCHIS, E. Da Escola ao Desemprego. Rio de Janeiro: Agir S.A Editora, 1995.

WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Claret Martin, 2004.

ESCUDERO, G. Tecnologia y sistema productivo: cualificación y desqualificación. In: VV AA, Sociologia industrial y de la empresa. Madrid: Aguilar, 1987.

HANDY, Ch. El futuro del trabajo humano. Barcelona: Ariel, 1986.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil - 2000**: relatório nacional. Curitiba: IBQP, 2001.

2002.	. Empreendedorismo no Brasil -	2001 : relatório nacional. Curitiba: IBQP,
2003.	. Empreendedorismo no Brasil -	2002: relatório nacional.Curitiba: IBQP,
2004.	. Empreendedorismo no Brasil -	2003: relatório nacional.Curitiba: IBQP,

MINNITI, M.; BYGRAVE, W. D.; AUTIO, E. **Executive Report:** 2005. Babson College, US and London Business School, UK, 2006.

BASTOS JR, P. A. et al. **Empreendedorismo no Brasil:** 2004. Curitiba: IBQP; SEBRAE, 2005.

NAVARRO, M. Industrialización y sociedad. In: VV AA. **Sociologia industrial y de la empresa.** Madrid: Aguilar, 1987.